

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 22 de outubro de 2014.

Edição nº 1538

Nesta edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Boletins.....	2
Editais.....	2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Atos normativos.....	2
Súmulas de contratos.....	2
Concursos Públicos.....	3

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Aviso.....	6
Editais.....	6



PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

BOLETIM N.º 491/2014

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, EDUARDO DE LIMA VEIGA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

TORNAR INSUBSISTENTE

- a Portaria 3947/2014, publicada no DEMP de 21 de outubro de 2014, no Boletim 489/2014, que tratou do afastamento do Dr. CHARLES EMIL MACHADO MARTINS, Promotor de Justiça de entrância inicial, ID n.º 3430863, para frequentar curso de Pós-Graduação - Doutorado (Port. 4085/2014).

AUTORIZAR

- tendo em vista o que consta no PR.00975.00305/2014-3, conforme decisão proferida pelo Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, o afastamento do Dr. CHARLES EMIL MACHADO MARTINS, Promotor de Justiça de entrância inicial, ID n.º 3430863, para frequentar curso de Pós-Graduação - Doutorado, sem prejuízo à sua classificação, no período de 24 de outubro de 2014 a 24 de março de 2015 e de 24 de abril a 15 de setembro de 2015, nos termos da Resolução n.º 03/2010 - CSMP (Port. 4086/2014).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 22 de outubro de 2014.

MARÍLIA COHEN GOLDMAN,
Promotora-Assessora.

EDITAL N.º 598/2014 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial a Sra. Maria Helena Plentz de Jesus, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí promoveu o arquivamento do IC nº 00783.00123/2013, instaurado com o objetivo de investigar a inexistência/irregularidade na destinação do esgoto doméstico por residência, em razão da não ligação à rede coletora existente, na Rua Ary Tubbs, nº 840, em Gravataí/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de outubro de 2014.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PORTARIA N.º 4084/2014

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN no uso de

suas atribuições legais, resolve **RETIFICAR**, a Portaria **N.3634/2014**, publicada no dia 19 de setembro de 2014, no número da Portaria **3534/2014**, como sendo o correto, e não como constou.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 21 de outubro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DO TERMO DE CONVÊNIO PROCESSO PR.01075.07919/2014-1

PARTES: O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, CNPJ nº 93.802.833/0001-57 e o Centro Universitário Internacional UNINTER, mantido pelo Centro Integrado de Educação, Ciência e Tecnologia S/S Ltda, CNPJ nº 02.261.854/0001-57; OBJETO: Termo de Convênio celebrado entre as partes objetivando regulamentar o desenvolvimento de programa de estágio mediante parceria, fins de propiciar treinamento prático, aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano; PRAZO: 5 (cinco) anos; DATA DA ASSINATURA: 29/09/2014; Daniel Sperb Rubin, Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Crístopher Adônis da Cruz, Coordenador de Estágios.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 21 de outubro de 2014.

SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO CO. 30008

CONTRATADO: COSTAPAR PARTICIPAÇÕES LTDA; **OBJETO:** Contratação da palestra, in company, "A Vida que Você Faz", ministrado pelo profissional Gabriel Carneiro Costa, a ser realizada no dia 28 de novembro de 2014; **VALOR TOTAL:** R\$ 6.842,10; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3935; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 25, inciso II e § 1º c/c o art. 13, inciso VI, da Lei Federal n.º 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 20 de outubro de 2014, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Daniel Sperb Rubin.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 20 de outubro de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO CO.30023

CONTRATADA: SCHNEIDER ELECTRIC IT BRASIL INDÚS-



Diário eletrônico do
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 22 de outubro de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1538

TRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA.; **OBJETO:** manutenção do NOBREAK instalado no prédio da Sede Institucional deste Órgão Ministerial; **VALOR MENSAL:** R\$ 2.048,23; **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 60 meses; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3931; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 25, inciso I, da Lei Federal n.º 8.666/93; **RATIFICAÇÃO:** em 20 de outubro de 2014, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Daniel Sperb Rubin.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 20 de outubro de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
E RATIFICAÇÃO
PROCESSO N.º 2656-09.00/14-0
CO. 30109**

CONTRATADO: COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - PRO-CERGS; **OBJETO:** fornecimento, ao contratante, do serviço de acesso à rede IP de comunicação de dados, administrada pela contratada, com contingência automática opcional das portas de acesso; **VALOR MENSAL:** R\$ 581,91; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3924; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 25, caput, da Lei Federal n.º 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 21 de outubro de 2014, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Daniel Sperb Rubin.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de outubro de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor

**SÚMULAS DOS TERMOS DE ACORDO PARA USO DE
VEÍCULO PARTICULAR**

PR.00883.00036/2013-7

PARTES: Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, e o Promotor de Justiça **Fernando Andrade Alves**, ID n.º 3249786; **OBJETO:** permissão de uso, mediante indenização, do veículo particular placa IUU1333, a ser usado na execução de tarefas e serviços no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, em conformidade com o Provimento n.º 12/2013; **DATA DE ASSINATURA:** 21 de outubro de 2014.

PR.01380.00054/2013-6

PARTES: Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, e a Promotora de Justiça **Jeanne Schilling de Assumpção**, ID n.º 3429857; **OBJETO:** per-

missão de uso, mediante indenização, do veículo particular placa IX9145, a ser usado na execução de tarefas e serviços no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, em conformidade com o Provimento n.º 12/2013; **DATA DE ASSINATURA:** 21 de outubro de 2014.

PR.00863.00061/2014-7

PARTES: Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, e a Promotora de Justiça **Vanessa Saldanha de Vargas**, ID n.º 3433110; **OBJETO:** permissão de uso, mediante indenização, do veículo particular placa IRH3479, a ser usado na execução de tarefas e serviços no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, em conformidade com o Provimento n.º 12/2013; **DATA DE ASSINATURA:** 21 de outubro de 2014.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 21 de outubro de 2014.

DANIEL SPERB RUBIN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO
RIO GRANDE DO SUL
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE
ASSESSOR-ADMINISTRAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL
DE PROVIMENTO EFETIVO DA PROCURADORIA-GERAL
DE JUSTIÇA – SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EDITAL Nº 467/2014

BANCA EXAMINADORA

TORNO PÚBLICO a composição da Banca Examinadora do Concurso Público para o cargo de Assessor-Administração, Classe "R", do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Procuradoria-Geral de Justiça – Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, Edital n.º 451/2014, publicado no Diário eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul em 09 de outubro de 2014, sendo: o Procurador de Justiça Dr. MAURO HENRIQUE RENNERT, na condição de examinador na disciplina de Legislação; a Professora Universitária Dra. SABRINA PEREIRA DE ABREU, na condição de examinadora na disciplina de Língua Portuguesa; o servidor RICARDO DIHL ANGELI, na condição de examinador na disciplina de Informática; e o Professor Universitário PAULO CÉSAR DELAYTI MOTTA, na condição de examinador na disciplina de Conhecimentos Específicos (Port. 3989/2014).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de outubro de 2014.

IVORY COELHO NETO,

Presidente da Comissão do Concurso.



Diário eletrônico do
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 22 de outubro de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1538

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE **ENGENHEIRO CIVIL** DO QUADRO DE PESSOAL
DE PROVIMENTO EFETIVO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA – SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EDITAL Nº 471/2014

BANCA EXAMINADORA

TORNO PÚBLICO a composição da Banca Examinadora do Concurso Público para o cargo de Engenheiro Civil, Classe “R”, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Procuradoria-Geral de Justiça – Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, Edital nº 450/2014, publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Rio Grande do Sul, em 09 de outubro de 2014, sendo: a Promotora de Justiça Dra. ISABEL BIDIGARAY, examinadora na disciplina de Noções de Direito e Legislação; a Professora Universitária Dra. SABRINA PEREIRA DE ABREU, examinadora na disciplina de Língua Portuguesa; o servidor JESUS BRIGNOL PETRY, examinador na disciplina de Informática, e a Professora Universitária ANGELA GAIO GRAEFF, examinadora na disciplina de Conhecimentos Específicos.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 20 de outubro de 2014.

DANIEL SPERB RUBIN,

Presidente da Comissão do Concurso.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE **GEÓLOGO** DO QUADRO DE PESSOAL DE PROVIMENTO EFETIVO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA – SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EDITAL Nº 473/2014

ANULAÇÃO DE QUESTÃO

TORNO PÚBLICO que a Comissão de Concurso, tendo em vista o Concurso Público para o cargo de Geólogo, Classe “R”, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Procuradoria-Geral de Justiça – Serviços Auxiliares do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Edital de Abertura nº 162/2014, publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Rio Grande do Sul em 14 de abril de 2014,

1- Considerando que a questão nº 01 da Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos do Concurso Público para provimento do cargo de GEÓLOGO, Classe “R”, questionou matéria relacionada à proposição legislativa não prevista nos conhecimentos específicos do conteúdo programático do certame, em dissonância com o alerta expressamente consignado no Anexo I do Edital nº 162/2014: “Legislação com entrada em vigor após a data de publicação do Edital, bem como as alterações em dispositivos de leis e atos normativos a aquela posteriores, poderá ser objeto de avaliação nas provas do Concurso”;

2- Considerando a decisão proferida nos autos do Mandado de Segurança n.º 70061731196, em tramitação na Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado, deferindo parcialmente a liminar para determinar a atribuição à candidata impetrante dos pontos correspondentes à questão nº 01 da Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos do certame, para fins de classificação final, provisoriamente, até final decisão de mérito da ação mandamental,

RESOLVE:

I - ANULAR a questão nº 01 da Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos do Concurso Público para o cargo de Geólogo, de ofício, atribuindo a pontuação correspondente a todos os candidatos, procedendo-se à respectiva reclassificação, com fundamento no disposto nos itens 7 e 10 do Capítulo XIII do Edital n.º 162/2014;

II - DETERMINAR sejam providenciados todos os demais atos subsequentes decorrentes da presente decisão.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de outubro de 2014.

IVORY COELHO NETO,

Presidente da Comissão de Concurso.



**MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
XLVII CONCURSO PARA INGRESSO À CARREIRA
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

EDITAL Nº 475/2014

GABARITO DA PROVA PREAMBULAR

TORNO PÚBLICO que a Comissão de Concurso, dando continuidade ao XLVII Concurso para Ingresso à Carreira do Ministério Público, Edital n.º 376/2014, publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul em 18 de agosto de 2014, **RESOLVE**:

- I. **DIVULGAR** o gabarito da Prova Preambular do XLVII Concurso para Ingresso à Carreira do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, conforme segue:

1	A	26	E	51	D	76	A
2	E	27	D	52	C	77	D
3	B	28	B	53	C	78	B
4	E	29	C	54	E	79	A
5	C	30	B	55	D	80	B
6	D	31	D	56	E	81	E
7	D	32	A	57	D	82	C
8	E	33	C	58	D	83	E
9	D	34	D	59	C	84	D
10	B	35	D	60	E	85	C
11	D	36	D	61	A	86	C
12	D	37	A	62	A	87	D
13	B	38	C	63	C	88	A
14	E	39	C	64	D	89	D
15	A	40	C	65	B	90	D
16	C	41	D	66	C	91	D
17	ANULADA	42	B	67	D	92	B
18	E	43	D	68	C	93	A
19	C	44	A	69	B	94	C
20	A	45	C	70	B	95	E
21	A	46	E	71	A	96	B
22	B	47	B	72	E	97	E
23	B	48	C	73	A	98	A
24	C	49	C	74	B	99	E
25	D	50	A	75	E	100	C

- II. **INFORMAR** que a imagem do caderno de questões das provas está disponível para *download* na página da Unidade de Concursos Públicos, no sítio do Ministério Público (<http://www.mprs.mp.br/concursos>).
- III. **ABRIR PRAZO** para interposição de pedido de reconsideração quanto ao gabarito e às questões da Prova Preambular, nos seguintes termos:
- Os pedidos de reconsideração deverão ser interpostos por intermédio da internet. Para tanto, o candidato deverá **acessar seu cadastro** no sítio do Ministério Público (<http://concursos.mprs.mp.br/concursos>), selecionar a opção INTERPOSIÇÃO DE RECURSO e seguir as orientações que serão apresentadas.
 - O período para interposição dos pedidos de reconsideração é das 09h dia 24/10/2014 até às 18h dia 28/10/2014.
 - O pedido de reconsideração interposto para cada questão está limitado a um máximo de 5.000 (cinco mil) caracteres.
 - É vedado ao candidato fazer qualquer tipo de identificação pessoal no teor do pedido de reconsideração.



Diário eletrônico do
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 22 de outubro de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1538

e) Os pedidos de reconsideração interpostos em desacordo com as especificações contidas no Capítulo XV do Edital de Abertura do Concurso nº 376/2014 e neste edital não serão conhecidos.

IV. TORNO PÚBLICO, ainda, a abertura de prazo de 5 (cinco) dias para impugnação do conteúdo do presente edital.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 22 de outubro de 2014.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,
Promotora de Justiça,
Secretária da Comissão do Concurso.

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

AVISO N.º 91/2014

TORNO SEM EFEITO a publicação do Edital de número 223/2014, constante no DEMP de 16/10/2014, em razão da decisão proferida pelo egrégio Conselho Superior do Ministério Público, tomada na sessão realizada no dia 21/10/2014 (PR.00975.00237/2014-8).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 22 de outubro de 2014.

MARÍLIA COHEN GOLDMAN,
Promotora-Assessora.

EDITAL N.º 225/2014

FAÇO PÚBLICO, em cumprimento à determinação do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público proferida em 21 de outubro de 2014 nos autos do expediente n.º PR.00001.02125/2014-1, que será escolhido um Membro do Ministério Público para participar da seleção para o **Curso Superior de Inteligência Estratégica (CSIE)**, que se realizará no período de 02 de março a 17 de julho de 2015 junto à Escola Superior de Guerra – Ministério da Defesa. Os membros do Ministério Público interessados têm **prazo até às 18 horas do dia 28 de outubro do corrente** para se habilitarem, junto à Secretaria dos Órgãos Colegiados, nos termos da Resolução 03/2010 - CSMP.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 22 de outubro de 2014.

MARÍLIA COHEN GOLDMAN,
Promotora-Assessora.

EDITAIS

FAÇO PÚBLICO, CUMPRINDO DETERMINAÇÃO DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, em conformidade com o que dispõe o artigo 15, § 2º, combinado com o artigo 62, ambos da Lei n.º 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, e o Provimento n.º 08/2002, publicado no Diário Oficial da Justiça de 19 de fevereiro de 2002, que se encontram vagos os cargos abaixo elencados, na forma de provimento e critério abaixo relacionados:

EDITAL	FORMA DE PROVIMENTO	CRITÉRIO	CARGO
226/2014	Remoção	Antiguidade	6º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre , de entrância final.
227/2014	Remoção	Merecimento	1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível, Registros Públicos e Acidentes do Trabalho de Porto Alegre , de entrância final.
228/2014	Remoção	Antiguidade	3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível, Registros Públicos e Acidentes do Trabalho de Porto Alegre , de entrância final.



Diário eletrônico do

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 22 de outubro de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1538

229/2014	Remoção	Merecimento	2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria , de entrância final.
230/2014	Remoção	Antiguidade	4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça dos Juizados Especiais Criminais de Porto Alegre , de entrância final.
231/2014	Remoção	Merecimento	5º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre , de entrância final.
232/2014	Remoção	Antiguidade	10º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça da Família e Sucessões de Porto Alegre , de entrância final.
233/2014	Remoção	Merecimento	Promotor de Justiça Substituto de entrância final com atuação preferencial nas Promotorias de Justiça de Porto Alegre .
234/2014	Promoção	Merecimento	1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Alegrete , de entrância intermediária.
235/2014	Promoção	Antiguidade	Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Alegrete , de entrância intermediária.
236/2014	Promoção	Merecimento	Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Especializada de Cruz Alta , de entrância intermediária.
237/2014	Remoção	Antiguidade	2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha , de entrância intermediária.
238/2014	Remoção	Merecimento	Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Dom Pedrito , de entrância intermediária.
239/2014	Remoção	Antiguidade	2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Criminal de Viamão , de entrância intermediária.
240/2014	Remoção	Merecimento	1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Camaquã , de entrância intermediária.
241/2014	Remoção	Antiguidade	1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Criminal de Viamão , de entrância intermediária.
242/2014	Remoção	Merecimento	1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Criminal de São Borja , de entrância intermediária.
243/2014	Remoção	Antiguidade	1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha , de entrância intermediária.
244/2014	Remoção	Merecimento	Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Rosa , de entrância intermediária.

OS PROMOTORES DE JUSTIÇA interessados têm o prazo de 10 (dez) dias, computados na forma do artigo 3º, § 1º, do Provimento n.º 33/2008, para manifestarem interesse na habilitação.

O prazo de desistência encerra-se dois dias úteis após o prazo de habilitação, nos termos da Súmula nº 22 do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 22 de outubro de 2014.

MARÍLIA COHEN GOLDMAN,

Promotora-Assessora.